

O QUE JÁ DISSERAM A RESPEITO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)? UM ESTUDO EM ANDAMENTO

Débora Cristina de Araujo – UFPR

Agência Financiadora: CAPES

Introdução

Considerando que o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) é, atualmente, o maior programa de distribuição gratuita de livros de literatura para as escolas públicas brasileiras, tem-se tornado cada vez mais importante o desenvolvimento de estudos considerando as diversas dimensões dessa política educacional, não só do ponto de vista da quantidade mas, sobretudo, da qualidade. E uma das dimensões da qualidade tem a ver com a composição do acervo no que se refere à presença/ausência da diversidade étnico-racial¹.

No entanto, antes de proceder tal análise, é necessário compreender características sobre a constituição do PNBE e seu objetivo principal, que substitui outros programas de menor amplitude. Também se faz importante verificar por meio de dados quantitativos como tem se dado a distribuição de livros por meio desse Programa.

De acordo com Aparecida Paiva (2008), o PNBE tem como objetivo principal “democratizar o acesso a obras de literatura infanto-juvenis, brasileiras e estrangeiras, e a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras” (PAIVA, 2008, p. 8). Tal objetivo relaciona-se diretamente com o processo de emancipação intelectual do qual o sistema educacional público almeja e, que, por consequência, ajuda na ampliação do mercado editorial brasileiro, possibilitando a geração de lucros em maior escala.

O PNBE surgiu em 1998 com a proposta de difundir, em escolas públicas, o uso do livro como bem cultural. Anteriormente a isso, Regina Zilberman (1995), Eliana Yunes (1995) e Walda de Andrade Antunes (1995) informam, por meio de um histórico, os principais programas nacionais e regionais que tinham como objetivo difundir a

¹ Em debates iniciais sobre o uso da expressão “diversidade étnico-racial” na pesquisa em andamento que tem como foco especialmente a relação entre negros/as e brancos/as, foi possível incorporar uma crítica que, na medida do possível, será levada em conta: o fato de essa pesquisa contemplar apenas dois grupos humanos não significa uma abrangência da diversidade étnico-racial. No entanto, para o presente artigo será mantida tal expressão por compreender que, assim como são várias as etnias que compuseram a população branca no Brasil (por meio da imigração europeia), são também diversos grupos africanos da diáspora que compuseram a população negra.

literatura. O quadro a seguir busca compilar informações que demonstram o percurso de projetos e programas desenvolvidos no século passado:

Descrição do Programa/Projeto	Responsável
Programa de aquisição de livros didáticos dirigidos a escolas públicas carentes.	Fundação de Assistência ao Estudante – FAE
Programa Salas de Leitura: distribuição de 73.591 acervos sendo composto de 3.017.000 livros para 4.074.000 crianças.	Fundação de Assistência ao Estudante – FAE
Programas “Ciranda de Livros” e “Viagem à Leitura”: “compra de obras destinadas à infância e juventude já existentes no mercado e posterior doação [...] a escolas pobres” (ZILBERMAN, 1995, p. 125).	Iniciativa privada: Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e Instituto Nacional do Livro (INL), da Fundação Nacional Pró-Leitura
Formação de professores/as para atuar no incentivo à leitura.	Câmara Brasileira do Livro
Projeto “Livro mindinho seu vizinho”: cerca de 30 mil livros em coleções de 100 títulos, atingindo em dois anos 120 mil crianças.	FNLIJ e Associação de Moradores do Rio de Janeiro e outros estados.
Projeto “Meu livro, meu companheiro”: voltado para enfermarias de longa internação de crianças no Rio de Janeiro e São Paulo.	FNLIJ
Projeto “Leia criança, leia”: atuando em 18 estados brasileiros atendia preferencialmente as “Associações de Moradores de Favela” (YUNES, 1995, p. 131), atingindo mais de 100 mil crianças.	FNLIJ
Programa “Re-criança”: atingiu 200 mil crianças e foram criadas 250 bibliotecas em estados brasileiros.	Ministério da Previdência Social e participação da FNLIJ
Projetos locais: “Criança lendo, Araxá vivendo” e “Leitura: com açúcar e com afeto” (Campos – RJ).	FNLIJ e outras parcerias
Criação de bibliotecas públicas em mais de 308 municípios	INL, Fundação Nacional Pró-Leitura e outras parcerias
Programa “Cheque Livro”: cheque remetido a municípios para que adquiram seus livros.	INL

QUADRO 1 – PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO 20

FONTE: Síntese baseada em Zilberman (1995); Antunes (1995); Yunes (1995)

Tais informações, embora evidenciem o quanto políticas públicas e privadas atuaram de modo a promover a difusão da leitura, também indicam defasagens e deficiências, responsáveis por desencadear sua extinção:

No entanto, o problema persiste: as intenções, por melhores que tenham sido, parecem chegar a resultados parcos, às vezes contraproducentes [...]. As causas do fracasso talvez não estejam nos próprios projetos, e sim em circunstâncias bem mais amplas, incontornáveis por quem propõe aquelas iniciativas: o modelo econômico, que se apoia na concentração da renda, extremando a polarização da estrutura de classes da sociedade brasileira e deixando grande parte da população sem condições de sobreviver, nem de comprar livros (ZILBERMAN, 1995, p. 127).

Da mesma forma, os dados apresentados a seguir sobre o PNBE indicam problemas relacionados ao cumprimento de seus objetivos. Antes, porém, observando os dados quantitativos de distribuição de livros por meio desse Programa é possível

reconhecer que houve um crescente, a partir do final da década de 1990, no valor bruto de investimento financeiro, na quantidade de livros distribuídos e de escolas atingidas, conforme indica o quadro a seguir:

Ano	Acervo	Quantidade	Público atingido
1998	1ª a 8ª séries	20.000	16.600 escolas com mais de 500 estudantes
1999	1ª a 4ª séries	36.000	10.800.000 escolas com mais de 150 estudantes
2000	Biblioteca do Professor	30.718	Professores/as em 30.718 escolas
2001	Literatura em minha Casa – 4ª e 5ª séries	12.184.788 coleções	8.561.639 estudantes de 139.119 escolas
2002	Literatura em minha Casa – 4ª série	4.216.576 coleções	3.527.014 estudantes em 70.455 escolas
2003	Literatura em minha Casa – 4ª e 8ª séries	4.062.510 coleções	3.449.253 estudantes de 4ª série, em 124.408 escolas
		3.745.810 coleções	2.969.086 estudantes de 8ª série, em 35.685 escolas
	Palavra da Gente – EJA	544.916 coleções	463.134 estudantes do ensino fundamental EJA, em 10.964 escolas
	Biblioteca do Professor	1.451.674 livros	724 mil educadores/as
	Biblioteca Escolar	3.193.632 livros	20 mil escolas de 5ª a 8ª série
	Casa da Leitura	41.608 acervos num total de 6.372.912 livros	3.600 municípios
2004	Foi dada continuidade as ações do PNBE 2003.		
2005	Séries iniciais do Ensino Fundamental	5.918.966 livros	16.990.819 estudantes de 136.389 escolas
2006	Séries Finais do Ensino Fundamental	7.233.075 livros	13.504.906 estudantes de 46.700 escolas
2007	Não existiu uma versão do programa PNBE 2007, já que os livros do PNBE 2008 foram adquiridos nesse ano.		
2008	Educação Infantil	1.948.140 livros	5.065.686 estudantes de 85.179 escolas
	Ensino Fundamental	3.216.600 livros	16.430.000 estudantes de 127.661 escolas
	Ensino Médio	3.956.480 livros	7.788.593 estudantes de 17.049 escolas
2009	Acervos – Ensino Fundamental	Formado por 300 obras	16,4 milhões de estudantes de 49.327 escolas
	Acervos – Ensino Médio	Formado por 300 obras	7,2 milhões de estudantes de 17.471 escolas
2010	Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano	10.864.921 livros	35.563.761 estudantes de 137.968 escolas
	Ensino Médio	5.585.414 livros	20.092.958 estudantes de 54.359 escolas
2011	Educação Infantil	3.485.200 livros	3.581.787 estudantes de 86.088 escolas
	Fundamental – 1º ao 5º ano	5.574.400 livros	14.565.893 estudantes de 15.344 escolas

QUADRO 2 – RELAÇÃO PNBE: ANO/QUANTIDADE

FONTE: Adaptado de Brasil (2008, p. 13); FNDE/PNBE (2013)

Mesmo sendo visível o investimento financeiro na aquisição de obras literárias para os diversos espaços possíveis de fomento à leitura (escola, biblioteca pública, residência de estudantes, de educadoras e educadores) e a busca em atingir todos os níveis e algumas modalidades de ensino, o simples fato da aquisição e distribuição não

foi responsável por contribuir significativamente na luta de sanar os problemas relacionados aos baixos índices de leitura.

Isso se verifica em uma publicação do Ministério da Educação – MEC – (BRASIL, 2008) intitulada “Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras”, que apresenta resultados de uma pesquisa realizada com profissionais da educação, estudantes e familiares, cuja finalidade era:

[...] investigar a realidade das práticas pedagógicas em torno das obras distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizando um diagnóstico sobre: o que professoras e professores, diretores, coordenadores pedagógicos, responsáveis por biblioteca, estudantes e pais pensam sobre os livros de literatura que chegam às escolas; que uso vem sendo feito desses livros; quais são as práticas de leitura e de escrita realizadas nas salas de aula e pelas escolas; e que papel a biblioteca tem representado nas escolas públicas (BRASIL, 2008, p. 9).

Tal pesquisa possibilitou, por meio de seus dados, uma verificação mais detalhada de como vem sendo veiculados e disponibilizados os livros distribuídos pelo PNBE às escolas públicas. Envolvendo 149.968 escolas (do campo e urbanas), com 31.162.624 estudantes, os dados apresentados referem-se ao ano de 2003. Sendo uma pesquisa de imersão no cotidiano dos estabelecimentos de ensino, e possibilitando ouvir diversos sujeitos que compõem o ambiente escolar no que se refere à difusão do livro, os resultados, embora em parte positivos, indicaram uma realidade ainda muito aquém do que se almeja em função dos investimentos públicos realizados por meio desse Programa:

Nenhum programa de incentivo à leitura, vinculado a políticas educacionais, entretanto, pode subestimar as condições em que a educação escolar vem sendo realizada nas redes públicas deste país. O cotidiano das escolas visitadas pelas equipes, as condições sociais onde estão inseridas, revelam o PNBE como uma ação cultural de baixo impacto em políticas de formação de leitor e produtor de textos (BRASIL, 2008, p. 123).

Tais pesquisas e críticas até aqui levantadas organizam-se sobre três dimensões do PNBE: quantidade, distribuição e recepção. Contudo, nenhum desses estudos contemplou outra possível dimensão: a qualidade das obras dos acervos no tocante à valorização da diversidade étnico-racial.

A partir dessa constatação, a pesquisa em andamento exigiu um levantamento em nível nacional acerca de pesquisas já realizadas sobre a diversidade étnico-racial no PNBE. Tal levantamento foi feito em duas das maiores bases de dados de trabalhos

acadêmicos no país: o site do banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o site de banco de periódicos brasileiros do Scientific Electronic Library Online (SciELO). Primeiro sobre o Scielo, ao utilizar no campo de busca o verbete “PNBE”, foi possível verificar apenas uma publicação² intitulada “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica”, de autoria de Jane Paiva e Andréa Berenblum (2009). Tal estudo discute resultados da pesquisa realizada pelo MEC e aqui mencionada anteriormente (BRASIL, 2008). As autoras reiteram, no artigo, os resultados da pesquisa, dando a dimensão da complexidade do PNBE.

No entanto, tanto a pesquisa referida pelas autoras (BRASIL, 2008) quanto o próprio artigo (PAIVA; BERENBLUM, 2009) não contemplaram como eixo analítico a presença/ausência da diversidade étnico-racial, desconsiderando o quanto esse dado contribuiria para a interpretação dos resultados gerais sobre o interesse/desinteresse do público leitor, do qual grande parte é negra. A não inserção da temática da diversidade étnico-racial em pesquisas acadêmicas tem sido uma tradição no Brasil. Diversos podem ser os motivos. Para melhor construção argumentativa desse artigo, o motivo que se apresenta como mais latente é o racismo acadêmico: um conjunto de atitudes desenvolvidas no ambiente acadêmico de ordem implícita ou explícita, intencional ou não, que serve para hierarquizar determinados grupos humanos, invisibilizando-os, estereotipando-os ou discriminando-os, assim como os/as intelectuais representantes desses grupos. No caso do Brasil, tal racismo acadêmico evidencia-se em grande medida em relação à população negra e indígena. Nesse sentido, em uma análise realizada sobre a América Latina, uma constatação de Teun A. Van Dijk (2008) indica elementos que ajudam a explicar tal processo racializador:

[...] a maior parte dos pesquisadores acadêmicos vem dos mesmos grupos sociais e classes cujas elites estiveram no poder. Soma-se a isso o fato de eles mesmos terem nenhuma ou pouca experiência com o racismo, o que, portanto, acarreta em menor motivação para investigar um sistema de desigualdade do qual eles próprios foram beneficiados (VAN DIJK, 2008, p. 14).

Mas ainda, por se tratar de apenas um artigo publicado em um grande universo de outros estudos acadêmicos, não se faz totalmente justa tal crítica. É necessário,

² Outras duas publicações foram apresentadas pelo resultado da busca, mas que não se tratam do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), mas sim do Programa Nacional Bolsa Escola (PNBE) e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

portanto, explorar mais elementos que indicam a dificuldade ou resistência de pesquisadores/as do PNBE em incluírem o tema da diversidade étnico-racial como elemento de análise.

Então, em outra fonte de pesquisas acadêmicas utilizada, o banco de teses e dissertações da CAPES, a busca obedeceu a critérios variados para coletar todas as pesquisas realizadas desde a criação do PNBE (em 1998) e que contemplam a diversidade étnico-racial.

Primeiramente, a busca iniciou-se com o verbete “PNBE”. Excluindo as pesquisas cujos temas tratavam de outros PNBE (como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais), foi possível verificar que o Programa Nacional Biblioteca da Escola passou a ser objeto de análise somente em 2004, com duas dissertações, sendo que uma delas focou uma ação dentro do PNBE intitulada “Literatura em minha casa”. Nos anos subsequentes, infere-se que aumentou a quantidade de pesquisas em nível de teses e, sobretudo, de dissertações em função do também aumento de recursos públicos destinados ao Programa. Nos dois anos seguintes (2005 e 2006), o PNBE não foi encontrado no campo “assunto” desse site de busca, embora o tema da literatura infanto-juvenil estivesse presente.

Em 2007 foram encontradas quatro dissertações e nenhuma tese, diferente de 2008 em que uma tese e uma dissertação defendidas tratavam do PNBE. Até então nenhuma das pesquisas havia contemplado o tema da diversidade étnico-racial inserida em suas análises. Em 2009, das nove dissertações defendidas (e nenhuma tese), três abordaram o tema da diversidade étnico-racial. E para chegar a tais resultados, bem como os apresentados na sequência, foram utilizados verbetes ou expressões a saber: “diversidade PNBE”, “relações raciais PNBE”, “étnico-raciais PNBE”, “racismo PNBE”.

O ano de 2009 foi um momento importante pois no ano anterior, dez anos depois do primeiro PNBE, todos os níveis de ensino haviam sido contemplados por esse Programa pelo menos uma vez: educação infantil (em 2007), ensino fundamental (com exceção apenas dos anos 2000 e 2007) e médio (em 2008). Portanto, se as pesquisas até aqui realizadas analisaram ao menos um desses níveis, é possível verificar que o tema da diversidade étnico-racial foi pouco considerado, já que apenas três das dezenove dissertações ou teses o fizeram.

Em 2010, uma tese e quatro dissertações foram defendidas sobre o PNBE, sendo que apenas uma das dissertações tratou do tema da diversidade étnico-racial. Em 2011,

último ano disponibilizado pelo banco de dados, novamente não houve nenhuma tese defendida e, das sete dissertações, apenas uma contemplou o verbete “diversidade” e não “diversidade étnico-racial”: tratava-se de um estudo sobre literatura infanto-juvenil e deficiência.

Ainda para confirmar a hipótese de que a diversidade étnico-racial é tema pouco considerado nos estudos sobre o PNBE (que se refere à literatura infanto-juvenil), foi realizado outro exercício: de verificar, no mesmo período de 1998 a 2011, quantas dissertações e teses defendidas sobre literatura infanto-juvenil incluíram tal temática. Utilizando como busca as expressões “literatura infanto-juvenil racismo”, “literatura infanto-juvenil relações raciais”, “literatura infanto-juvenil étnico-racial”, “literatura infanto-juvenil afro-brasileira” e “literatura infanto-juvenil africana” foi possível encontrar apenas 12 (doze) de um total de 225 (duzentos e vinte e cinco) dissertações e teses. O gráfico a seguir demonstra tal contexto:

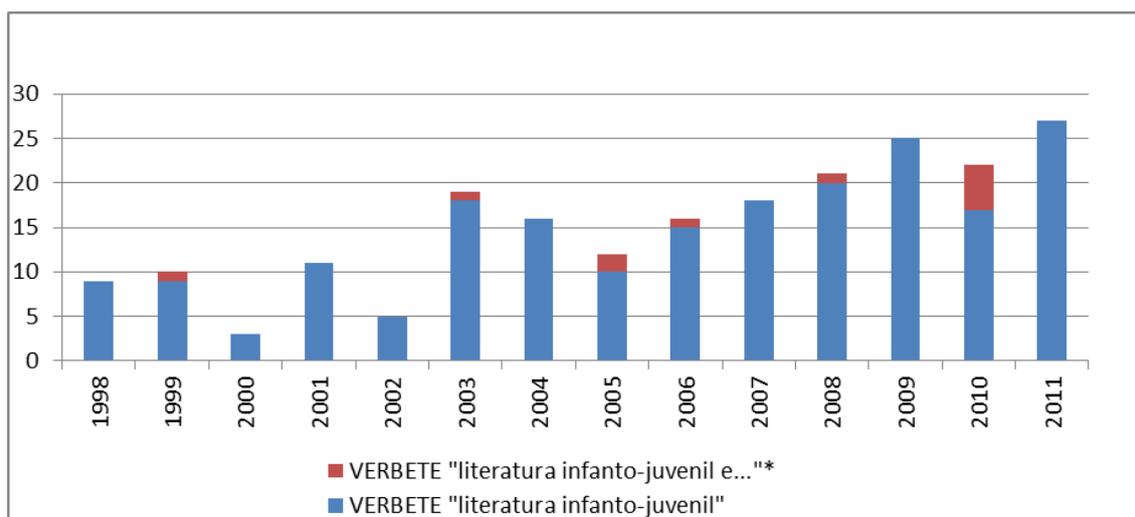


GRÁFICO 1 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE LITERATURA INFANTO-JUVENIL DEFENDIDAS NO PERÍODO DE 1998 A 2011

FONTE: Dados compilados de <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acesso em: 03/04/2013

*NOTA: “literatura infanto-juvenil e...” corresponde aos variados verbetes utilizados para identificação das pesquisas que contemplaram o tema da diversidade étnico-racial.

Com tais resultados já é possível evidenciar as implicações que envolvem esse Programa pois, além dos problemas já indicados em algumas das pesquisas realizadas e que compõem esse gráfico no que se refere a gasto público, distribuição, utilização e recepção, explicita-se outro: a invisibilização do tema da diversidade étnico-racial também nos estudos acerca do PNBE, como se a composição dos acervos e

representatividade dos diversos grupos humanos que compõem o Brasil estivessem a contento, o que não está. Esse será o tema do tópico seguinte.

Composição dos acervos do PNBE: quem, como, por que e onde?

Desde sua implantação em 1998, o PNBE é alvo de estudos sistematizados e pesquisas científicas que buscam compreender seus efeitos para a educação brasileira. Lívio L. de Oliveira (2008) apresenta informações relevantes ao que se estabelece na composição dos acervos do PNBE.

Tal estudo focou-se na análise de documentos oficiais relacionados ao PNBE, como: editais de convocação de compra das coleções; portarias ministeriais que listam quem selecionaria, avaliaria e apontaria como e para quem os livros seriam distribuídos; relatórios de atividades do FNDE e relatórios de monitoramento do Tribunal de Contas da União (OLIVEIRA, 2008, p. 20). Com isso, o autor buscou desvelar as mudanças ocorridas no Programa já que, no período que compreende a sua análise (as seis primeiras edições do PNBE), a verba foi aumentada de 23 milhões em 1998 para mais de 110 milhões em 2003 (OLIVEIRA, 2008). Este aumento no quadro financeiro do Programa chamou a atenção do autor por diversos fatores, dentre os quais se destaca o fato de o Brasil ser “o oitavo maior produtor de livros no mundo, graças, principalmente aos programas do governo federal de compra e distribuição de livros didáticos e paradidáticos” (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Dentre as constatações do autor, uma delas destaca-se:

Em suma, a importância de um programa desse porte é inquestionável, já que é uma das poucas iniciativas do governo federal relacionadas com a leitura e o acesso a livros e bibliotecas. Mas sua sistemática é repleta de problemas que apontam para manutenção de interesses da indústria editorial e descaso com o próprio público pretendido, uma vez que ignora as diferenças regionais na literatura e não se preocupa com a universalização do direito à boa qualidade de ensino, à cultura e à leitura (OLIVEIRA, 2008, p. 169).

Outra pesquisa que aponta, em dimensão local, os problemas que envolveram o PNBE foi realizada por Regina Janiaki Copes (2007), que desenvolveu um estudo sobre a ação “Literatura em Minha Casa”, no município de Ponta Grossa – Paraná. Por meio de análise documental e de entrevistas realizadas com gestoras/es, pedagogas/os, professoras/es e responsáveis pelas bibliotecas municipais e estaduais da cidade, os resultados apurados evidenciaram que:

a) a maioria dos gestores escolares desconhecia os programas, os projetos e as campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal; b) os livros não chegaram às escolas da forma como estava proposto nos documentos oficiais oriundos dos órgãos governamentais; c) os alunos não receberam os kits conforme o prescrito no projeto; d) em algumas escolas, tanto nas estaduais quanto nas municipais, há um resíduo de volumes nas estantes das bibliotecas e nas salas de leitura e; e) as escolas receberam uma quantidade de kits muito aquém da demanda de matrículas. Pelas informações dos sujeitos, constatou-se um certo distanciamento entre as intenções manifestadas nos documentos e os resultados da proposta implementada nas escolas. O projeto não ganhou visibilidade nem dentro das escolas, nem na comunidade (COPES, 2007, p. vi).

É, portanto, válido inferir que o PNBE não está atendendo, a contento, aos seus objetivos principais de promoção e incentivo à leitura nas escolas, seja por aspectos relacionados à distribuição irregular de obras, ou pela inconsistência na apresentação dos critérios de escolha (o que indica haver privilégios a determinadas editoras) ou ainda pela falta de formação adequada aos/às profissionais da educação no uso do livro na escola. Assim, é possível concordar com a afirmação de Copes (2007) sobre os interesses ideológicos envolvidos no PNBE que impedem seu efetivo sucesso:

A prática de leitura e a formação de leitores possuem as marcas das funções sociais atribuídas pelo Estado em uma determinada época. Dizendo de outra maneira, o Estado, ao elaborar e formular suas políticas faz interpretações de suas funções a partir de seus interesses, ideologias e prioridades. Portanto, para se compreender as políticas oficiais voltadas para concepções de leitura, modelo de leitor e a produção do discurso oficial sobre a promoção da leitura, faz-se necessário situar o momento histórico e explicitar tais conceitos à luz do contexto sócio-político da época contemplada, para que tal política possa se tornar um objeto passível de verificação (COPES, 2007, p. 15).

Por isso, especialmente no que se refere às obras que tratam em alguma medida de personagens negras, é importante compreender como o PNBE vem considerando a produção literária que tem como proposta o atendimento à diversidade étnico-racial.

Não é correlacional o aumento de livros que abordem a diversidade com a ampliação na quantidade de livros literários nas bibliotecas das escolas públicas. A política federal de estímulo e fomento à leitura não tem incorporado, de maneira sistemática e explícita em seus editais de compra de livros, a necessidade de os acervos contemplarem temas relacionados à diversidade étnico-racial.

Aliás, a própria definição do termo “diversidade” e sua inserção nos programas oficiais de aquisição de livros para bibliotecas escolares são por vezes incertas. Nilma

Lino Gomes (2007) propõe uma análise sistemática sobre o espaço que a “diversidade” ocupa na escola:

Nessa perspectiva curricular, a diversidade está presente na parte diversificada, a qual os educadores sabem que, hierarquicamente, por mais que possamos negar, ocupa um lugar menor do que o núcleo comum. E é neste último que encontramos os ditos conhecimentos historicamente acumulados recontextualizados como conhecimento escolar (GOMES, 2007, p. 29).

Esta afirmação converge com o que se verifica no PNBE. No que se refere à produção literária financiada por este Programa federal de incentivo ao gosto pela leitura, não se verifica um equilíbrio na contemplação da diversidade nos enredos e muitas vezes nas ilustrações das obras selecionadas. É o que aponta Ana Carolina L. Venâncio (2009) que, em análise do PNBE 2008, verificou que os livros do acervo “atuavam para apresentar padrões hierarquizados, atuando, ao mesmo tempo, no processo de estigmatização dos personagens desviantes desse padrão” (VENÂNCIO, 2009, p. 10).

Seu estudo, que analisou amostra de 20 livros componentes do acervo do PNBE, focalizando a análise da presença de diversidade de gênero, raça, idade e deficiência, evidenciou uma série de problemas, dentre eles alguns sobre a presença da diversidade étnico-racial em particular no PNBE:

A partir de 2004 a SECAD passou a atuar junto a gestores do PNLD para incluir critérios na seleção dos acervos que contemplassem as políticas de diversidade que estavam sendo gestadas e operadas por tal Secretaria. Dessa forma, no PNLD³ 2007-2008 ficou estabelecido que cada um dos acervos deveria conter ao menos uma obra de valorização de indígenas e de valorização de negros(as), que cumprisse o estabelecido pela Lei 10.639-03 (onde se determina a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras) (VENÂNCIO, 2009, p. 99).

Embora esta informação não tenha sido identificada no referido edital e nos subsequentes, os dados empíricos da autora apontam para tais informações: de vinte obras analisadas no acervo, apenas duas contemplavam a diversidade étnico-racial. Tratam-se das obras: 1) africana: “Ulomma: a casa da beleza e outros contos”, de Sunny (2008); e 2) indígena: “Catando piolhos, contando histórias”, de Daniel Munduruku e Maté (2006).

³ Ressalta-se que a autora trocou as siglas de PNBE por PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

O que se pode verificar nos editais mais recentes é uma preocupação em evitar as manifestações explícitas de preconceito. No edital PNBE (2009), por exemplo, constata-se tais menções:

Anexo I – Critérios de avaliação e seleção

1.1 Qualidade do texto

[...] Para todas as categorias, os textos deverão ser eticamente adequados, evitando-se preconceitos, moralismos, estereótipos.

[...]

1.2 Adequação temática

[...]

Não serão selecionadas obras que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem (EDUCAÇÃO; FNDE; PNBE 2009, p. 13).

Na maior parte dos anos, a redação dos trechos envolvendo esta preocupação é praticamente a mesma. O que se verifica, contudo, é a ausência de indicativos que incentivem a concorrência de obras que valorizem a diversidade étnica, racial e cultural. A menção, apenas, à não-discriminação torna-se insuficiente para reparar uma construção histórica de representação negativa acerca de um grupo humano. É preciso, nas palavras de Paulo Vinicius B. da Silva (2012), romper o silêncio para superar tal contexto sócio-histórico. O silêncio diante do reconhecimento e valorização da diversidade que vai “muito além da visão romântica do elogio à diferença ou da visão negativa que advoga que ao falarmos sobre a diversidade corremos o risco de discriminar os ditos diferentes” (GOMES, 2007, p. 19), torna-se um fator que evidencia o quão incompreendido tem sido este conceito para as políticas públicas educacionais.

Neste sentido, a ideologia opera no sentido de criar uma política institucional de universalização dos modelos literários que devem fazer parte dos acervos das bibliotecas escolares e que atuam para perpetuar relações de dominação no que se refere ao trato com a diversidade brasileira.

E, em se tratando especificamente da diversidade étnico-racial, tal política atua de modo intenso na forma como a escola reconhece as diferenças, já que o acervo de suas bibliotecas tem circulação para além da leitura como fruição ou prazer. Ocupa, por vezes, a sala de aula e de forma a ser utilizado em contextos pedagógicos de incentivo à leitura. Neste sentido, além das mensagens ideológicas de promoção de um modelo hegemônico de humanidade estar incutido nas obras, recebem um fortalecimento ao circularem como leituras canônicas.

Em função de críticas semelhantes, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), publicou em 2012 o “Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de referência para o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE Temático 2013” (resumidamente conhecido como Edital Temático 2013), que teve como objetivo:

[...] a convocação de editores para o processo de inscrição e seleção de obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, considerando diferentes temáticas e as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira, no âmbito do PNBE (EDUCAÇÃO; FNDE; SECADI, 2013, p. 1).

Tal edital representou um significativo avanço no sentido da valorização da diversidade étnico-racial no Brasil por contemplar, pela primeira vez, a criação de acervos nas bibliotecas escolares com títulos que terão mais garantias de abordarem efetivamente a presença de personagens negras em posição de altivez. Isso quer dizer, em outras palavras, que por mais que os editais anteriores não fomentassem o contrário, o fato de a redação destes apresentar-se neutra, ao considerar apenas que “os textos deverão ser eticamente adequados, evitando-se preconceitos, moralismos, estereótipos” ou que não “serão selecionadas obras que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem” (EDUCAÇÃO; FNDE; PNBE 2009, p. 13), isso não significa que algumas das obras aprovadas estejam isentas de fomentar preconceitos e discriminações. Verifica-se essa situação, por exemplo, ao observar no PNBE de 2003 e de 2008, a presença de pelo menos uma obra que apresenta discriminação e estereótipo relacionado a uma personagem negra: trata-se do livro “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato. Já no Edital Temático 2013, ao contrário de uma redação neutra, é apresentada uma construção semântica ativa, em que se valoriza a diversidade e combate efetivamente manifestações literárias discriminatórias. São diversos os trechos em que se enfatizam tais características:

Este edital tem por objeto a convocação de editores para o processo de inscrição e seleção de obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, considerando diferentes temáticas e as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira, no âmbito do PNBE.

[...]

Assim, o acesso a essas obras, deverá ampliar a compreensão de professores e estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, sobre as temáticas da diversidade, inclusão e cidadania e atender ao desafio de promover o desenvolvimento de valores, práticas e interações sociais.

[...]

Considerando os objetivos da educação escolar, as diretrizes pedagógicas das modalidades de ensino e os conceitos trabalhados nas diferentes áreas, as obras de referência, além da qualidade textual e da adequação da abordagem temática, deverão ampliar as experiências de leitura de professores e estudantes da rede pública de ensino, promovendo a aproximação desses leitores com os temas da diversidade (EDUCAÇÃO; FNDE; SECADI, 2013, p. 1; 24; 26).

O Edital Temático 2013 foi organizado em nove categorias: Indígena, Quilombola, Campo, Educação de Jovens e Adultos, Direitos Humanos, Sustentabilidade Socioambiental, Educação Especial, Relações Étnico-raciais, Juventude. Tais categorias, ao comporem os acervos das bibliotecas escolas, mesmo que em menor quantidade, podem atuar no sentido de uma superação de um modelo único literário, pautado numa perspectiva eurocêntrica.

Além desse diferencial, o Edital Temático 2013 é o único, desde 1998, a incluir um item intitulado “4.1.1 Respeito à legislação, diretrizes e normas relativas às categorias que compõem o PNBE Temático 2013”, cuja preocupação assemelha-se com a explicitada nos editais do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD). Tal item justifica que “[c]onsiderando as diferentes modalidades e temas do PNBE Temático 2013, serão excluídas as obras em desacordo com os seguintes marcos legais, políticos e pedagógicos” (EDUCAÇÃO; FNDE; PNBE 2009, p. 26). E, em seguida, o referido documento apresenta uma lista de leis federais que versam sobre combate a discriminações e estereótipos, bem como sobre a valorização de culturas historicamente hierarquizadas no Brasil. Algumas das leis são:

3. Lei nº 9.795/1999 estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental;

[...]

6. Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de ‘História e Cultura Afro-brasileira e Africana’;

7. Lei 11.645/2008 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena;

8. Decreto nº 4.887/2004 trata das Comunidades Remanescentes de Quilombos;

9. Decreto nº 5.296/2004 regulamenta as Leis de promoção da Acessibilidade;

[...]

22. Resolução CNE/CEB nº 3/2010 estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos; [...] (EDUCAÇÃO; FNDE; SECADI, 2013, p. 26-27).

Tais apontamentos, que parecem indicar avanços no PNBE no tocante à valorização da diversidade étnico-racial, no entanto não foram considerados no edital do PNBE do ano seguinte (2014), que voltou a sua forma “padrão”, apresentando frases

neutras e vagas no que se refere à valorização aqui questionada. Assim, observando todo o percurso do PNBE verifica-se um pequeno avanço e um grande retrocesso, já que em 15 anos de Programa, apenas em 1 ano foi explicitada uma política afirmativa de valorização da diversidade étnico-racial brasileira.

Certamente, muito dessa resistência deve-se a uma preocupação mais explicitada nos últimos anos de que a literatura infanto-juvenil está sofrendo um ataque direto pelo chamado “politicamente correto”. São diversos os sites especializados em literatura, além de escritores/as, jornalistas e intelectuais que têm se posicionado nesse sentido⁴. No entanto, nessa discussão pouco tem sido considerado sobre a necessidade de uma equidade de representação, na literatura infanto-juvenil, dos diversos grupos humanos que compõem o país. Literatura essa que é distribuída às escolas públicas com dinheiro público. E tal representação não se encerra em si: ela necessita acontecer com qualidade e valorização de todos os grupos.

Considerações finais

O breve levantamento apresentado nesse artigo buscou evidenciar que a inclusão da temática da diversidade étnico-racial nos estudos sobre o PNBE faz-se necessária como forma de melhor interpretação de uma política educacional que, anualmente, movimenta milhões de reais em aquisição de obras que podem estar privilegiando um único modelo de humanidade. Evocando Frantz Fanon (2008), tal necessidade evidencia-se, sobretudo, para evitar que as diversas identidades continuem sendo padronizadas:

Sou um preto – mas naturalmente não o sei, visto que o sou. Em casa, minha mãe canta para mim, em francês, romances francescos nas quais os pretos nunca estarão presentes. [...] Um pouco mais tarde lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore que nos chegam da Europa (FANON, 2008, p. 162).

Esse é um desafio para as futuras pesquisas acadêmicas pois, dessa maneira, além de contribuir para a superação de um racismo no ambiente intelectual, pode-se

⁴ Ver, por exemplo: MURANO, Edgard. Entrevista: A infância sem clichês. *Língua Portuguesa*. ed. 89, mar/2013. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/62/artigo248984-1.asp>. Acesso em: 05/04/2013.

promover importantes transformações na concepção e estrutura do Programa Nacional de Biblioteca da Escola.

Referências

ANTUNES, Walda de Andrade. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º Cole.** Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 123-160.

BRASIL. **Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CAPES. <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acesso em: 03/04/2013.

COPEL, Regina Janiaki. **Políticas públicas de incentivo à leitura:** um estudo do projeto “Literatura em minha casa”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

EDUCAÇÃO, Ministério da; FNDE; PNBE 2009. **Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no Processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2009.**

EDUCAÇÃO, Ministério da; FNDE; SECADI. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de referência para o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE Temático 2013.**

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; PNBE. Programa Nacional Biblioteca da Escola. **Evolução do Programa:** 2005 a 2013.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs). **Indagações sobre o currículo:** diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 17-47.

MUNDURUKU, Daniel; MATÉ. **Catando piolhos, contando histórias.** São Paulo: Brinque-Book, 2006.

OLIVEIRA, Lívio Lima de. **Indústria editorial e o Governo Federal:** o caso do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2008.

PAIVA, Aparecida [et al.]. **Literatura na infância:** imagens e palavras. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Belo Horizonte: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.

SCIELO. <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 03/04/2013.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 110-129, Jan/Abr 2012.

VAN DIJK, Teun A. . Introdução. In: _____. (Org.) **Racismo y discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-24.

VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes. **Literatura infanto-juvenil e diversidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

YUNES, Eliana. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. p. 123-160. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino de literatura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Contexto Jovem).

_____. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. p. 123-160. Campinas: Mercado das Letras, 1995.